MAPA II

Produtos exportados sujeitos a «contrôle» especial

Posições	
07.05.03	grão-de-bico.
15.07.01/02	azeite.
27.10.07.10	gasóleo (não incluindo fornecimentos à navegação).
27.10.07.14	fuelóleo pesado (incluindo fornecimentos à navegação).
31.02.08	ureia.
31.02	adubos.
03.03.00.34	chocos e lulas refrigerados ou congelados.
07.01.01.02	batata para consumo.
03.01	peixe fresco ou congelado.
48	papel e produtos de papel.
	Pasta branqueada.

O Presidente da Junta de Salvação Nacional,
ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

Portaria n.º 331/74

de 6 de Maio

Manda a Junta de Salvação Nacional, no uso dos poderes legislativos que competem ao Governo, o seguinte:

1.º É extensivo ao ultramar português o Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de Abril.

2.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional.

Publique-se.

Junta de Salvação Nacional, 6 de Maio de 1974. —
O Presidente, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

Para ser publicada em todos os *Boletins Oficiais* dos Estados e províncias ultramarinos.

Portaria n.º 332/74

de 6 de Maio

Em execução do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 582/73, de 5 de Novembro:

Manda a Junta de Salvação Nacional, no uso dos poderes legislativos que competem ao Governo, aprovar o Regulamento do Fundo de Fomento Cultural, anexo a esta portaria.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional.

Publique-se.

Junta de Salvação Nacional, 6 de Maio de 1974. —
O Presidente, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

REGULAMENTO DO FUNDO DE FOMENTO CULTURAL

Artigo 1.º O Fundo de Fomento Cultural é um organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, ao qual incumbe planificar as actividades culturais propostas pelos diversos serviços da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, segundo um esquema de propriedades superiormente definido, e prestar a tais actividades adequado apoio financeiro,

administrando as verbas que para esse fim lhe sejam consignadas.

Art. 2.º Para o exercício das atribuições previstas no artigo anterior, compete ao Fundo de Fomento Cultural:

- Prestar apoio financeiro às actividades oficiais de promoção e difusão dos diversos ramos da cultura, dentro dos objectivos a prosseguir pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais;
- Auxiliar financeiramente a realização das iniciativas particulares de interesse cultural;
- Subvencionar acções de defesa, conservação e valorização dos bens culturais;
- Assegurar a contribuição financeira para os organismos internacionais afectos aos sectores da cultura integrados na actividade da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, ou de algum modo com ela relacionados, e de que Portugal seja membro;
- Subsidiar a realização de congressos, conferências, reuniões, missões e outras iniciativas de natureza cultural, e bem assim a participação portuguesa em manifestações semelhantes que tenham lugar no estrangeiro;
- Custear a divulgação e propaganda, interna ou externa, dos programas e realizações culturais e artísticas;
- Financiar estudos e investigações de carácter cultural;
- Atribuir prémios e conceder subsídios e bolsas para outros fins de acção cultural.

Art. 3.º — 1. O Fundo de Fomento Cultural tem por órgão o Conselho Administrativo, presidido pelo director-geral dos Assuntos Culturais e constituído pelo chefe de Repartição Administrativa, por um representante da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, por três vogais designados pelo Ministro da Educação Nacional e por um secretário, igualmente escolhido pelo Ministro de entre os funcionários superiores da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

2. O presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vogal designado para o efeito pelo Ministro da Educação Nacional.

3. Os vogais não natos do Conselho Administrativo exercerão as suas funções por períodos renováveis de três anos, podendo, todavia, ser livremente exonerados em qualquer momento.

Art. 4.º — 1. Ao Conselho Administrativo compete:

- Dar parecer sobre o plano de fomento cultural e elaborar o projecto de orçamento;
- Organizar a contabilidade e fiscalizar a sua escrituração;
- Proceder à cobrança das receitas e pagamento das despesas;
- Apresentar superiormente as contas do exercício findo.

2. O plano de fomento cultural será submetido, com o respectivo parecer, à aprovação do Ministro da Educação Nacional.